

A pandemia da Covid-19 teve o rosto da mulher negra: trabalho feminino e interseccionalidades

Rosana Oliveira Silva e Denise Franca Barros

RESUMO

Este artigo investiga o impacto da pandemia de Covid-19 no trabalho feminino, com foco nas interseccionalidades de raça, gênero e classe social. Utilizando a História do Tempo Presente (HTP), a revisão sistemática da literatura (entre 2020 e 2024) revela três eixos principais de hipervulnerabilidade: a sobrecarga e precarização de trabalhadoras essenciais, como as domésticas e as da área de saúde; o aumento da desigualdade de gênero no meio acadêmico, afetando principalmente professoras e cientistas negras; e a expansão da informalidade, expondo mulheres negras a maiores riscos e à invisibilidade social. Por fim, sugere-se caminhos para pesquisas futuras, como estudos longitudinais para acompanhar a trajetória dessas mulheres, aprofundamento em narrativas pessoais por meio da história oral e a análise comparativa de políticas públicas.

Palavras-Chave: trabalho feminino; interseccionalidade; Covid-19; História do Tempo Presente.

The Covid-19 pandemic had the face of black women: women's work and intersectionalities

ABSTRACT

This article examines the impact of the COVID-19 pandemic on female labor, with a focus on the intersectionalities of race, gender, and social class. Using the History of the Present Time (HPT), a systematic literature review (from 2020 to 2024) reveals three main axes of hyper-vulnerability: the overburdening and precariousness of essential workers, such as domestic and healthcare professionals; the rise of gender inequality in academia, primarily affecting Black female professors and scientists; and the expansion of informality, exposing Black women to greater risks and social invisibility. Finally, it suggests future research paths, such as longitudinal studies to track these women's trajectories, a deeper dive into personal narratives through oral history, and a comparative analysis of public policies.

Keywords: *women's work; intersectionality; Covid-19; History of the Present Time.*

Recebido em: 09/11/2024

Revisado em: 10/05/2025

Aprovado em: 21/09/2025



Rosana Oliveira Silva 

Fundação Oswaldo Cruz, Brasil e
Pesquisadora Independente.
Doutora em Administração,
Universidade do Grande Rio, Brasil.

rooliveira35@outlook.com

Denise Franca Barros 

Instituto Federal de São Paulo, Brasil
e Universidade Federal Fluminense,
Brasil.
Doutora em Administração, Escola de
Administração Pública e de Empresas,
Fundação Getúlio Vargas, Brasil.

barrosdenisef@gmail.com

Introdução¹

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) caracterizou a Covid-19 como uma pandemia (OPAS, 2020). A partir daí, o que se viu no Brasil foi o aumento da violência doméstica contra as mulheres (Bragon & Mattoso, 2020), aumento da pobreza (Agência Brasil, 2021), aumento do desemprego (Agência IBGE Notícias, 2020), aumento de pessoas em situação de rua (Gameiro, 2021), dentre outros problemas. Observa-se que a pandemia atingiu muito mais os vulneráveis, que já estavam em condições desfavoráveis, tais como pessoas pretas e pardas, mulheres, jovens, pessoas com baixa escolaridade, trabalhadores(as) informais, dentre outros (Ahlert *et al.*, 2021; Antunes, 2020; Barbosa *et al.*, 2020).

Defende-se aqui a existência de um sistema maior que impede que mulheres possam se equiparar aos homens. Crenshaw (2002) afirma que os sistemas discriminatórios (e.g., o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe etc.) criam desigualdades básicas que estruturam posições relativas, como ocorre com as mulheres, bem como que ações e políticas específicas podem oprimir e se estabelecer ao longo desses eixos.

Evidentemente que a opressão a grupos minorizados é anterior à pandemia da Covid-19. No caso das mulheres, as práticas de violência, a discriminação, a diferenciação, a segregação etc. são bem antigas e estão diretamente relacionadas ao conceito de patriarcado, à dominação do homem perante a mulher (Saffioti, 2001; 2015). Como colocam Guimarães *et al.* (2023, p. 4), “historicamente, o patriarcado institucionaliza a agenda das mulheres a partir de demandas operadas dentro da lógica masculina e do trabalho reprodutivo”

As práticas de dominação (e violência), segundo Cortez *et al.* (2019), pautam-se no sexismo e baseiam-se na falácia da supremacia biológica masculina. Como coloca Beauvoir (1970), a mulher é vista como o segundo sexo, ‘o outro’. Como durante séculos preconizou o discurso que coloca o homem hétero e branco como o ideal (Cunha & Freire, 2021), e a mulher é entendida como inferior (Beauvoir, 1970), isso favoreceu a existência de práticas institucionais discriminatórias frente às mulheres (Saffioti, 2015; Verniers & Vala, 2018), ao longo do desenvolvimento das sociedades (Saffioti, 2015).

Reconhece-se que as relações entre homens e mulheres são relações de poder (Scott, 1995; Foucault, 1988; 2001) e construídas socialmente (Saffioti, 2015), e tais relações de poder, “assim como classes sociais, etnias e opções sexuais estão presentes em todas as construções sociais configurando-se numa rede complexa” (Almeida, 2011, p. 169). Nesse sentido, observa-se que “as práticas de violência permeiam diferentes contextos sociais, perpassando inclusive os espaços laborais” (Cortez *et al.*, 2019, p. 1).

No campo do trabalho, observa-se que a inserção das mulheres tem sido, ao longo da história, acompanhada de discriminações que as colocam em condições menos favoráveis e inferiores às dos homens (Galeazzi *et al.*,

¹ Agradecemos aos avaliadores da RECADM pelas recomendações e sugestões, as quais contribuíram significativamente para a melhoria deste artigo.

2011; Saffioti, 2015). Não à toa a metáfora teto de vidro ou *glass ceiling* é constantemente citada e utilizada nas análises, pois representa uma barreira invisível criada para as mulheres, que prejudica seu desenvolvimento profissional e faz com que não consigam atingir os mesmos patamares que os homens (Fraga & Rocha-de-Oliveira, 2020). As vulnerabilidades no mundo do trabalho ainda são maiores quando se trata da mulher negra (Alves, Alencar, Pinheiro, & Mota, 2020), que sofre preconceito e discriminação de gênero e racial (Moura, 2018). Alves *et al.* (2020, p. 2716) chamaram de “herança da tradição escravocrata e patriarcalista no conjunto da sociedade brasileira”, que reservou às mulheres pretas condições precárias no mercado de trabalho como um todo.

Na direção dos pontos já levantados, os obstáculos para a inserção das mulheres em certas áreas, cargos e/ou funções estão muito associados aos papéis sociais construídos para homens e mulheres (Kérgeat, 2009; Saffioti, 2015). Nesse sentido, Kérgeat (2009, p. 67) descreve a divisão sexual do trabalho, como uma “forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo”, que tem por característica a “destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.)”.

Davel e Vasconcelos (1997) e Pinheiro (2014) alertam que nas organizações brasileiras, apesar dos grandes avanços nas últimas cinco décadas, observa-se que as mulheres ainda desempenham papéis de subordinação, com restritas oportunidades de ascensão vertical em muitas organizações. Portanto, apesar dos avanços significativos no campo dos direitos das mulheres nos últimos anos (Costa, 2005; Cunha & Freire, 2021), muito em razão da atuação dos movimentos feministas, a equidade entre homens e mulheres parece estar longe de ser alcançada (e.g., direitos sociais, econômicos, culturais, políticos etc.) (Gregori, 2017). Ademais, alguns dados de institutos de pesquisa (e.g., do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (IBGE, 2021; IBGE EGISM 2021; IBGE EGISM, 2022a; IBGE EGISM, 2022b)) e de pesquisas científicas sobre mulheres e o trabalho considerando o contexto da pandemia (e.g., Moreira, Alves, Oliveira, & Natividade, 2020), apontam para uma piora na situação das mulheres no mundo do trabalho, de uma forma geral, durante a Covid-19, sobretudo para as mulheres negras e pobres, pois há uma divisão sociossexual e racial do trabalho (Antunes, 2020).

Nos anos iniciais, 2020 e 2021, quando governos de todos os países, incluindo o Brasil, tiveram que tomar medidas para impedir que o vírus se espalhasse entre a população (e.g., distanciamento social, fechamento de escolas, permanência em casa, teletrabalho) (Stock *et al.*, 2024), o impacto foi ainda maior para mulheres (e.g., por serem a maioria na linha de frente, por assumirem o cuidado dos(as) filhos(os), da casa, da família e ainda terem que dar conta do trabalho conhecido como produtivo) (Barroso & Gama, 2020).

A pandemia da Covid-19 foi, mundialmente, um marco incontornável, podendo ser considerada uma História do Tempo Presente (a partir de agora, HTP) que precisa ser escrita (Marin, 2020), sobretudo porque introduziu uma

“experiência perturbadora e disruptiva do tempo” (Kropf, Cerqueira *et al.*, 2024). A HTP é um campo da História que se ocupa de temas no contexto da contemporaneidade (Cardoso, 2021) que representam uma espécie de trauma social não resolvido. Lohn (2019, p. 10-11), ao abordar sobre tal campo, afirma que ela permite “demarcar temporalidades em construção, as quais correspondem ao vivido e aos vivos” e tal escrita, voltada ao tempo presente, “tem como significado básico uma atitude política na qual a historiografia se expõe ao debate público em um momento em que diferentes narrativas buscam reescrever o passado com vistas a utilizá-lo como arma política”. Sendo assim, este artigo, com um olhar historiográfico acerca da Covid-19, usando a perspectiva da HTP, se junta a outros trabalhos (e.g., Marin, 2020; Cardoso, 2021; Fiuza & Klanovicz, 2021) que buscaram contar a história da pandemia com o olhar para os inviabilizados, os vulneráveis, os retrocessos e para as experiências traumáticas. Assim, esse campo pode enriquecer a análise sobre a hipervulnerabilização de mulheres negras e pobres durante a pandemia.

Neste contexto, este artigo teve como objetivo investigar o trabalho feminino na pandemia da Covid-19 com o olhar na interseccionalidade (raça, gênero e classe social), por meio de uma revisão sistemática da literatura. Assim, busca-se contribuir com reflexões sobre a História que está sendo construída na atualidade, abordando questões ainda em debate e transformação.

Este artigo está dividido em seis seções, incluindo esta introdução, da seguinte forma: na segunda e terceira seção trata-se da abordagem conceitual utilizada; a quarta seção apresenta os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa; a quinta seção apresenta as análises e discussão dos resultados obtidos; e a sexta seção trata-se das considerações finais, que traz as contribuições desta pesquisa e as sugestões para pesquisas futuras.

Trabalho feminino e interseccionalidades

A compreensão das disparidades de gênero no trabalho exige uma abordagem interseccional, que reconheça que “mulheres” não constituem um grupo homogêneo. As suas vivências no mundo do trabalho são profundamente moldadas pela interação de diversas identidades sociais e estruturas de poder. A interseccionalidade, um arcabouço analítico cunhado por Kimberlé Crenshaw em 1989, oferece uma lente crítica para compreender como identidades sociais e políticas sobrepostas – como gênero, raça, etnia, classe, idade, deficiência, orientação sexual, nacionalidade e status legal – resultam em combinações únicas de discriminação e privilégio (Crenshaw, 1989; Kyrillos, 2020). Este arcabouço transcende análises uniaxiais de opressão, reconhecendo que a discriminação contra, por exemplo, mulheres negras, não pode ser explicada como uma simples soma de misoginia e racismo, mas sim como uma experiência distinta e complexa (Kyrillos, 2020).

É fundamental notar que as raízes históricas e teóricas da interseccionalidade estão profundamente enraizadas no pensamento feminista negro e nos movimentos sociais, inclusive no Brasil. Essa

origem desafia narrativas universalizantes sobre as «experiências das mulheres» que frequentemente se centram nas perspectivas de mulheres privilegiadas (por exemplo, brancas, de classe média) (Kyrillos, 2020). Ignorar essa história pode diluir o poder crítico e transformador do conceito, reduzindo-o a um mero jargão em vez de uma ferramenta para dismantelar desigualdades sistêmicas. A relevância dessa perspectiva reside, portanto, em sua capacidade de revelar as complexas dinâmicas de poder que operam na vida das mulheres, especialmente aquelas em posições de múltiplas marginalizações.

Uma das contribuições centrais da abordagem interseccional é a ênfase na dimensão política do conceito, especialmente nos Estados Unidos, onde surgiu de um ativismo engajado e da crítica à supremacia branca (Collins & Bilge, 2021). No Brasil, o conceito é utilizado para análises sociais e para a formulação de políticas públicas, especialmente por movimentos sociais de mulheres negras, ativistas e acadêmicas (Akotirene & Lopes, 2020). No país, a interseccionalidade se consolidou na produção de conhecimento do feminismo negro e das intelectuais negras, demonstrando sua conexão com as experiências concretas de vida e com as lutas sociais (Collins & Bilge, 2021). A interseccionalidade brasileira se diferencia por uma “leitura crítica” que rejeita sua transformação em uma simples ferramenta analítica, preferindo vê-la como um campo de reflexão e disputa política (Akotirene & Lopes, 2020). Essa abordagem se opõe à “interseccionalidade descontextualizada” que ignora a história e o ativismo político do qual o conceito emergiu, focando apenas em categorias de identidade sem considerar as estruturas de poder que as conectam (Collins, 2017; Collins & Bilge, 2021).

No que diz respeito ao mercado de trabalho, globalmente, as mulheres continuam a ter menor probabilidade de participação no mercado do que os homens. A lacuna de gênero na participação da força de trabalho tem-se mantido persistentemente alta, oscilando em torno de 30% desde 1990, com a participação masculina em cerca de 80% e a feminina em aproximadamente 50% (International Labour Organization, 2025; UN Women, 2024a; UN Women, 2024b). Embora tenha havido algum progresso na redução das taxas gerais de desemprego para mulheres e homens desde a pandemia, a lacuna entre eles frequentemente persiste ou até se alarga em certas regiões e grupos de renda (International Labour Organization, 2025a). Por exemplo, em países de baixa renda, a lacuna de empregos para mulheres é notavelmente mais alta (22,5%) em comparação com os homens (15,2%) (International Labour Organization, 2025a; UN Women, 2024a).

Essas lacunas de gênero persistentes estão profundamente enraizadas em barreiras estruturais, leis discriminatórias, políticas e normas sociais (UN Women, 2024a; UN Women, 2024b; International Labour Organization, 2025a). O fato de que 2,7 bilhões de mulheres em todo o mundo são legalmente impedidas de ter as mesmas opções de emprego que os homens (UN Women, 2024a) sublinha a natureza sistêmica dessas desigualdades, que transcendem a agência individual. A persistência dessas disparidades, mesmo diante de esforços de desenvolvimento, demonstra que os sistemas econômicos e sociais ainda operam de maneiras que limitam intrinsecamente as oportunidades das mulheres.

Uma proporção significativa do emprego feminino em todo o mundo encontra-se na economia informal, atingindo quase 60% globalmente e excedendo 90% em países de baixa renda (UN Women, 2024a; UN Women, 2024b). Essa realidade frequentemente se traduz em falta de direitos básicos, proteção e acesso limitado à segurança social e benefícios (International Labour Organization, 2024; UN Women, 2024a).

A medição convencional das lacunas salariais de gênero frequentemente subestima a verdadeira extensão da desigualdade ao focar exclusivamente em trabalhadores assalariados. Quando trabalhadores não assalariados (por exemplo, trabalhadores por conta própria, trabalhadores familiares contribuintes, que são predominantemente mulheres em países de baixa e média renda) são incluídos, a lacuna de ganhos por hora entre mulheres e homens aumenta substancialmente (International Labour Organization, 2024). Essa perspectiva revela uma camada oculta de vulnerabilidade econômica e a desvalorização sistêmica das contribuições das mulheres em setores menos formais. A invisibilidade estatística de grande parte do trabalho feminino informal impede uma avaliação precisa de sua contribuição econômica e, conseqüentemente, a formulação de políticas adequadas para sua formalização e proteção.

Além disso, a distribuição desigual das responsabilidades de cuidado coloca as mulheres dedicando cerca de três vezes mais tempo ao trabalho de cuidado não remunerado e doméstico do que os homens (International Labour Organization, 2022; UN Women, 2024a; UN Women, 2024b). Tal barreira primária para a participação plena e igualitária das mulheres no mercado de trabalho formal limita sua progressão na carreira e contribui significativamente para a lacuna salarial de gênero (UN Women, 2024a).

O valor econômico do trabalho de cuidado não remunerado realizado por mulheres é imenso, mas amplamente não reconhecido. Se monetizado, esse trabalho poderia exceder até 40% do PIB de um país em alguns casos (UN Women, 2024a; UN Women, 2024b). Isso representa um subsídio substancial e não compensado à economia global, evidenciando um desequilíbrio estrutural fundamental que perpetua a desigualdade de gênero no mercado de trabalho. A pandemia de Covid-19 expôs ainda mais a inadequação dos modelos de cuidado atuais, levando a um aumento nas horas de cuidado não remunerado e à saída desproporcional de mulheres da força de trabalho (International Labour Organization, 2022; UN Women, 2024b). A crise sanitária global revelou a fragilidade das estruturas de apoio existentes e a dependência contínua do trabalho não remunerado das mulheres para a resiliência social e econômica.

O conceito de interseccionalidade demonstra que as experiências de privilégio e marginalização das mulheres não são moldadas apenas por diferenças individuais isoladas, mas pelas complexas sobreposições e interações entre essas diferenças (Crenshaw, 1989; Kyriillos, 2020). A análise interseccional é crucial para desvendar as camadas de desvantagem que afetam grupos específicos de mulheres no mercado de trabalho.

No Brasil, as mulheres negras enfrentam desvantagens profundas e compostas no mercado de trabalho. Segundo um boletim da Universidade de Campinas (Unicamp) de 2024, a taxa de informalidade para esse grupo é

alarmantemente alta (51,9%) e ocupa 70% do trabalho doméstico. A renda média também é significativamente menor do que a de homens brancos, sendo o rendimento médio das mulheres negras cerca de 115% menor (Dieese, 2024).

Segundo Teixeira (2021), o trabalho doméstico contemporâneo ainda carrega as marcas das relações de trabalho escravocratas que persistem no cenário sociopolítico do Brasil. Sob essa ótica, a autora reforça que, mesmo com a evolução das funções exercidas pelas trabalhadoras domésticas remuneradas, a percepção histórica sobre essa ocupação se mantém. Collins e Bilge (2021) e Akotirene e Lopes (2020) destacam que a interseccionalidade não se limita a somar diferentes formas de opressão, mas, ao contrário, examina como elas se combinam para criar uma experiência de vida específica e inseparável.

Adultos mais velhos, particularmente mulheres e homens negros com baixa escolaridade, enfrentam desvantagens significativas na vida profissional tardia (Moen *et al.*, 2022). Embora a educação seja geralmente um fator protetor contra saídas precoces da força de trabalho devido à incapacidade, ela não elimina a desvantagem racial/étnica; homens e mulheres negros e hispânicos com ensino superior ainda são mais propensos a experimentar tais trajetórias do que seus pares brancos e asiáticos (Moen *et al.*, 2022).

Mulheres com deficiência rotineiramente enfrentam discriminação sistêmica, exclusão, e a falta de dados desagregados por deficiência, idade e outros fatores interseccionais é uma grande barreira para abordar eficazmente os direitos e necessidades das mulheres (International Labour Organization, 2022). Sem dados específicos, seus desafios únicos permanecem invisíveis para os formuladores de políticas, levando a intervenções genéricas que falham em atender às suas necessidades específicas. A ausência de dados detalhados perpetua um ciclo de invisibilidade e inação política. Essa invisibilidade também é abordada por Collins e Bilge (2021), que afirmam que a invisibilidade estatística do trabalho feminino, especialmente em setores informais, impede a formulação de políticas adequadas.

Ademais, a chamada “pena da maternidade” (caracterizada pela interrupção na carreira, redução no tempo de trabalho, presença em empregos de baixa remuneração e práticas discriminatórias de contratação e promoção) também dificulta a performance feminina no mercado de trabalho. Mulheres com pelo menos um filho menor de seis anos experimentam tal fenômeno, em que a lacuna de gênero na participação da força de trabalho se amplia significativamente (de 29,2% para 42,6%) em comparação com mulheres sem filhos pequenos (UN Women, 2024a). Essa penalidade pode variar de 1% a 30% dos ganhos.

História do tempo presente abrindo caminhos para pesquisas no campo dos estudos organizacionais

Embora a História tenha sido marginalizada no campo da Administração, ela começou a ganhar força a partir dos anos de 1980 (Kipping & Üsdiken, 2014). Esse interesse surge diante da evidência de que a História pode

contribuir com o campo nos aspectos teórico-metodológico. Nesse sentido, nos últimos anos, tem aumentado o interesse pelo uso da pesquisa histórica na Administração e nas suas subáreas para compreender fenômenos relacionados à gestão/organização (e.g., Kipping & Üsdiken, 2014; Wanderley & Barros, 2019; Costa & Silva, 2019; Coraiola *et al.*, 2021), assim como para questões de gênero (e.g., McDonald, 2004; Silva, 2015; Luna & Barros, 2023).

Quanto à HTP, que pode ser definida como uma “[...]análise histórica da realidade social atual, que envolve uma relação contemporânea entre a história vivida e a escrita dessa mesma história, entre os atores e testemunhas da história e os próprios historiadores” (Cuesta, 1993, p. 11), ela ganhou força em um momento de grandes rupturas e crises, advindas de duas grandes guerras que assolaram o mundo (Delgado, 2014). Isso porque historiadores queriam entender as marcas que essas guerras (Primeira e Segunda Guerra Mundial) deixaram (Rousso, 2016), desvendando as relações entre passado e o presente (Crescentino & Vitón, 2020).

Isso não quer dizer que o presente começou, em todos os lugares, em 1945, mas essa catástrofe dá início ao presente da estrutura histórica daqueles que foram vítimas (Rousso, 2016). Nesse sentido, após a fase de legitimação, a HTP tornou-se adequada para investigar temas e eventos traumáticos, considerados difíceis, como o nazismo, a Segunda Guerra Mundial (Lohn, 2019), a ditadura militar no Brasil (Fico, 2012), entre outros temas.

[...]a História do Tempo Presente demarca temporalidades em construção, as quais correspondem ao vivido e aos vivos. Trata-se não de uma prática do que pode ser chamado de luto social, como se apenas o mundo dos mortos coubesse à historiografia, mas do envolvimento com as lutas pela sobrevivência e seus conflitos em sociedades marcadas pelo capitalismo e pelas desigualdades sociais. [...]uma escrita da história voltada ao tempo presente tem como significado básico uma atitude política na qual a historiografia se expõe ao debate público em um momento em que diferentes narrativas buscam reescrever o passado com vistas a utilizá-lo como arma política. (Lohn, 2019, p. 11)

Assim, apesar da HTP ter se popularizado na Europa, primeiramente (Fico, 2012; Dosse, 2012; Rousso, 2016; Delacroix, 2018), já ganhou força no país (Costa & Silva, 2019). No campo da Administração e suas subáreas a HTP também vem ganhando espaço para investigar temas variados. Carvalho e Costa (2021a) ao articularem a História Oral com a HTP, trouxeram formas de se operacionalizar a História Oral e buscaram identificar as suas contribuições, como trazer à tona as memórias de grupos sociais e organizacionais silenciados/marginalizados - tal história é sempre uma história do tempo presente (Ichikawa & Santos, 2003; Meihy, 2005). As mesmas autoras, Carvalho e Costa (2021b), em outro trabalho, analisaram as histórias “não contadas” dos aposentados da Embratel, estatal que foi privatizada em 1998. Oliveira *et al.* (2021) articularam passado e presente e apresentaram as diversas histórias e memórias da experiência política da Casa Tina Martins (uma casa de resistência criada por um movimento feminista para dar suporte para mulheres em situação de violência).

Importante dizer que, metodologicamente, a HTP possibilita uma pluralidade de fontes, sem privilegiar nenhuma (Delgado & Ferreira, 2013). Alguns exemplos trazidos pelos autores são: documentos audiovisuais, narrativas orais e escritas, documentários, jornais e revistas. Mas há uma variedade de fontes possíveis. Contudo, a característica básica da HTP é a presença de testemunhos vivos, ou seja, as memórias dessas testemunhas (Voldman, 1996; Ferreira, 2018). Obviamente, a HTP requer uma reflexão sobre o tempo, pois ela [...]está na intersecção do presente e da longa duração[...]” e “[...]reside na contemporaneidade do não contemporâneo, na espessura temporal do “espaço de experiência” e no presente do passado incorporado” (Dosse, 2012, p. 6). Ou seja, é uma nova concepção da operação historiográfica e não simplesmente um período adicional que foi destacado da história contemporânea (Dosse, 2012). Portanto, a HTP é um método alinhado ao conceito de passado recente ou o presente continuado (Quelha-de-Sá, 2022). A autora aponta que estudar algo no tempo anterior ao tempo presente possibilita a desconstrução de certezas e ampliar o campo de investigação.

Além disso, como sua cronologia é definida de forma dinâmica, a atividade do historiador ou historiadora é contemporânea (Crescentino & Vitón, 2020). É o passado que não passa (Quelha-de-Sá, 2022) e o tempo presente é a articulação entre o passado, o presente e o futuro (Santos, 2014) e a encruzilhada dos tempos, de histórias difíceis (Rodrigues & Borges, 2021). O tempo presente é o período em que são produzidos eventos que pressionam o historiador a revisar o significado atribuído ao passado (Hobsbawm, 1993). Nesse sentido, o tempo presente mereceu destaque, justamente por suas relações com os contemporâneos, os testemunhos, os atores etc. Desse debate, uma questão relevante que surgiu foi que o tempo presente constitui um campo científico singular (Delgado & Ferreira, 2013) e a “história do tempo presente é feita de moradas provisórias” (Bédarida, 2002, p. 221).

Portanto, “a noção de história do tempo presente está associada à ideia de um conhecimento provisório que sofre alterações ao longo do tempo”, ou seja, ela se reescreve e pode sofrer constantes modificações (Delgado & Ferreira, 2013, p. 24). Nesse contexto, segundo os autores, o trabalho do historiador é que, ao mesmo tempo em que ele é testemunha, ele é ator. Além dessas dificuldades, “outras questões também contribuem para uma significação própria do regime de historicidade do tempo presente, que supõe a consideração teórica e metodológica das seguintes variáveis: campo constitutivo e temporalidade, memória e retenção do passado e pluralidade de fontes e procedimentos metodológicos” (Delgado & Ferreira, 2013, p. 24). O tempo presente refere-se a um passado atual ou em permanente processo de atualização, bem como intervém nas projeções de futuro.

Nesse sentido, o regime de historicidade do tempo presente é bastante peculiar e inclui diferentes dimensões, tais como: processo histórico marcado por experiências ainda vivas, com tensões e repercussões de curto prazo; um sentido de tempo provisório, com simbiose entre memória e história; sujeitos históricos ainda vivos e ativos; produção de fontes históricas inseridas nos processos de transformação em curso; temporalidade em curso próximo ou contíguo ao da pesquisa (Delgado & Ferreira, 2013, p. 25).

A pandemia da Covid-19 é uma história do tempo presente, bem recente, que trouxe experiências perturbadoras e disruptivas do tempo (Kropf *et al.*, 2024) e, por isso, precisa ser escrita (Marin, 2020). No que tange às questões relacionadas às mulheres, dados já apresentados mostram que a pandemia afetou muito mais as mulheres negras (e pobres). Por isso, uma revisão sistemática da literatura pode permitir analisar artigos que trouxeram narrativas das testemunhas vivas da pandemia para atingir o objetivo aqui proposto.

Procedimentos metodológicos

Para atingir o objetivo proposto, foram levados em consideração os pontos trazidos por Paul e Criado (2020), quanto à revisão sistemática da literatura. Portanto, observou-se a seleção de tópicos, os critérios de seleção de periódicos, a identificação de fluxos e cobertura do período, a pesquisa de artigos e critérios de inclusão (e de exclusão) usando palavras-chave, o período da revisão, o título apropriado e as lacunas de pesquisa e direcionamento para pesquisas futuras; e o rigor e relevância (Paul & Criado, 2020).

Embora Paul e Criado (2020), dentre outros autores, entendam que numa revisão sistemática da literatura é importante trabalhar com períodos maiores (10 anos podendo chegar a 50 anos), como a história da pandemia da Covid-19 é recente, não foi possível traçar um período tão longo (por mais que as sequelas possam ser). Desse modo, elegeu-se o período de 2020 (começo da pandemia) a 2024. As fontes históricas textuais (Barros, 2020) foram os artigos publicados nas bases da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO Brasil), da *Scientific Periodicals Electronic Library* (SPELL) e do Google Acadêmico, diante de tais bases reunirem importantes periódicos. A partir da perspectiva da HTP, toda fonte é histórica para determinado problema de pesquisa ou objetivos traçados (Costa & Silva, 2019).

Como palavras-chave, diante do objetivo estipulado, utilizou-se uma combinação de palavras, na parte de busca avançada da SciELO Brasil: 'Trabalho feminino' + 'Covid'; 'Trabalho feminino' + 'Pandemia'; 'Mulheres no trabalho' + 'Covid'; 'Mulheres no trabalho' + 'Pandemia'; 'Mercado de trabalho feminino' + 'Covid'; e 'Mercado de trabalho feminino' + 'Pandemia'. Como na Spell não foram encontrados artigos com as palavras descritas, utilizou-se apenas 'Pandemia' e 'Covid'. Por outro lado, como no Google Acadêmico verificou-se que as palavras-chave 'Trabalho feminino' + 'Covid' traziam muitos dos artigos que estavam nas outras combinações de palavras, somente foi utilizada essa combinação. Apesar do grande número de resultados encontrados no geral (mais de 20.000 artigos), a leitura inicial dos resumos revelou que a grande maioria não tratava sobre o trabalho feminino e não dialogava, de nenhuma forma, com interseccionalidades, o que levou ao descarte de tais artigos, além daqueles em duplicidade e que não eram empíricos. Como na perspectiva da HTP é importante qualquer registro ou material que forneça testemunho (Barros, 2020), selecionaram-se somente artigos empíricos (este foi um critério de inclusão nesta revisão). Após, adotaram-se outros critérios de inclusão e exclusão (que constam

descritos na figura a seguir) e chegou-se a um total de 37 artigos. A Figura 1 apresenta os passos realizados para a revisão sistemática da literatura.

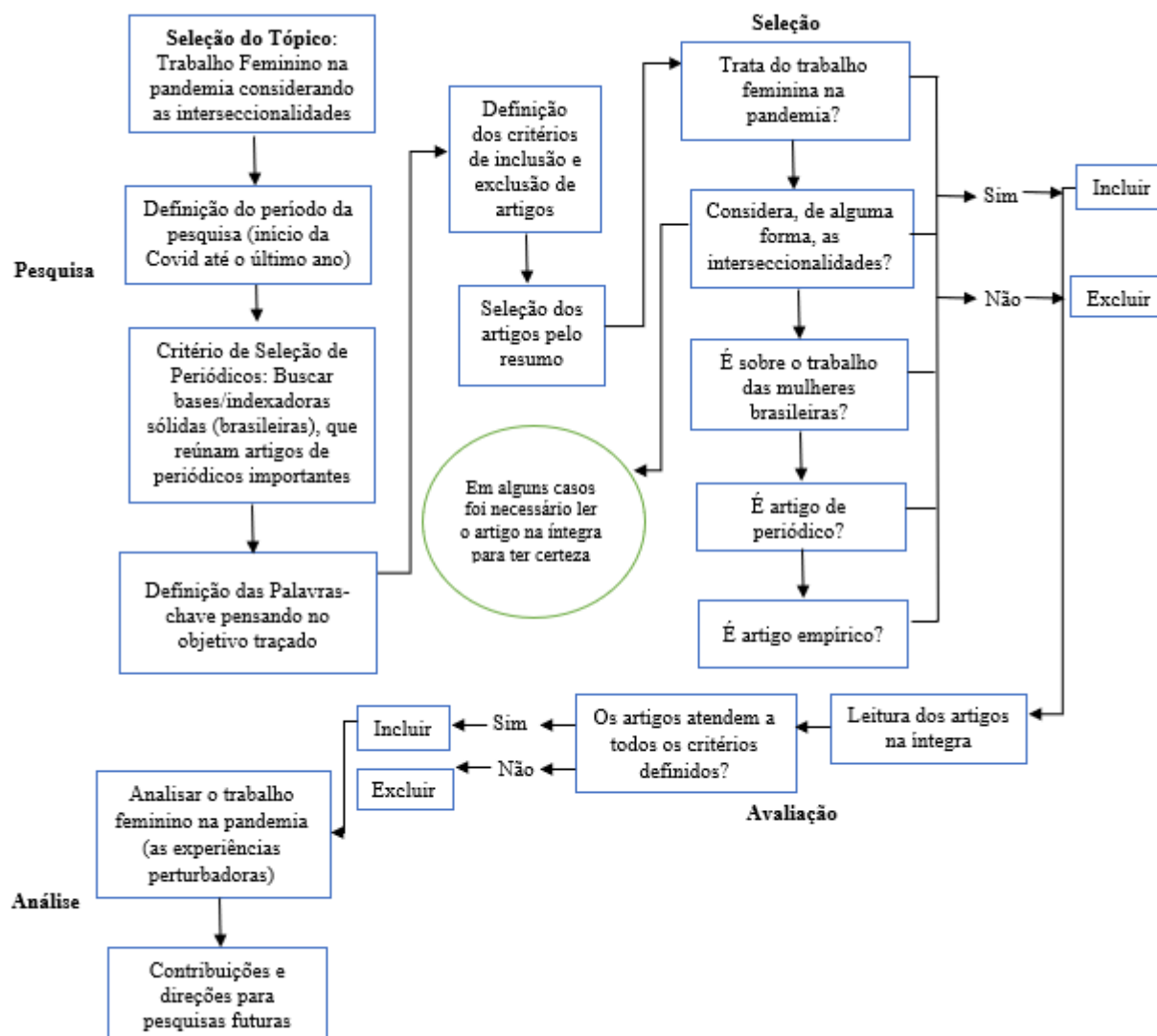


Figura 1: Passos realizados na revisão sistemática da literatura

Fonte: Adaptada pelas autoras a partir de Paul e Criado (2020)

Nota: Considerou-se apenas um artigo teórico, Nogueira e Passos (2020), diante da profundidade teórico do mesmo

Por fim, destaca-se que, à medida que se avançou na leitura do material empírico, foi possível criar categorias/temas, quais sejam: Mulheres Negras e Pobres em Funções Vinculadas ao Cuidado; Cientistas e Professoras Negras Exaustas; e Aumento do Trabalho Feminino Negro Informal e Assédio Sexual Laboral. Nesse sentido, para criar as categorias/temas observou-se o objetivo principal da pesquisa, como observam Auerbach e Silverstein (2003), mas como adotou-se a perspectiva da HTP, buscou-se analisar o acontecimento (ou acontecimentos) com profundidade histórica, o rigor crítico no trabalho com as fontes e explicar os fatos (Padrós, 2009). A próxima seção, que traz

uma história do tempo presente bastante perturbadora para as mulheres negras e pobres, é o resultado de todo o processo analítico aqui descrito.

■ Análise e discussão dos resultados

Mulheres negras e pobres em funções vinculadas ao cuidado

Durante a pandemia da Covid-19, os trabalhos femininos vinculados ao cuidado foram os mais afetados (Nogueira & Passos, 2020; Santos, 2021; Silveira & Najar, 2021; Teixeira & Rodrigues, 2022). Dentro deste universo cabe destacar, primeiro, o trabalho das domésticas. Silveira e Najar (2021) colocam o trabalho doméstico como relacionado à servidão (ou ao cuidado) e destacam que esse trabalho, diante da grande demanda por cuidados de crianças e idosos, por exemplo, que foi reconhecido como serviço essencial durante a pandemia de Covid-19, foi bastante afetado pela situação precária (trabalhista, salarial, exposição e vulnerabilidade).

Neste sentido, artigos analisados mostram uma crescente injustiça social direcionada a essas mulheres (Santos, 2021), bem como o aprofundamento da desvalorização, precarização e empobrecimento dessas trabalhadoras, que, em sua maioria, são negras, pouco escolarizadas, com baixa renda e baixo acesso a políticas sociais (Nogueira & Passos, 2020; Teixeira & Rodrigues, 2022). No cenário da pandemia, elas tiveram que escolher entre passar fome ou morrer contaminadas pela Covid-19 (Nogueira & Passos, 2020), porque mulheres periféricas não puderam deixar de trabalhar (Pires *et al.*, 2022), mesmo no momento do isolamento. Neste caminho, Santos (2021) conclui que o que se observou na pandemia foi uma:

[...]violação dos direitos das populações mais pobres [...] principalmente uma ruptura dos direitos da população negra, ocasionando outros problemas sociais, além do subemprego o aumento da miséria [...]. A falta de acesso à internet e a outros meios de comunicação impede que a população negra tenha acesso ao benefício, o que os obriga a viver da caridade e da filantropia para conseguir sobreviver a partir de doações de cesta básicas em várias regiões do país (p. 44).

Essas injustiças podem ser justificadas pelas desigualdades raciais que foram historicamente construídas no Brasil. A escravidão acabou, no entanto, traços da colonialidade e da escravidão permanecem (Teixeira & Rodrigues, 2022). Não à toa a maioria das trabalhadoras domésticas são negras ou pardas e são pobres.

Até o trabalho doméstico não remunerado aumentou, principalmente para as mulheres que são mães (Klein *et al.*, 2021) e, neste ponto, também foram as mulheres negras e pardas que mais sofreram (Kölling *et al.*, 2022), porque não podem “terceirizar” o trabalho para outras mulheres como fazem muitas mulheres brancas (utilizando-se da mão-de-obra preta/parda). Quando as empregadas domésticas terceirizam a atividade doméstica, também se utilizam dessa mesma mão de obra (Santos & Silva, 2021). Destaca-se que, como medida de prevenção, escolas e creches foram

fechadas e os filhos e as filhas passaram a ficar em tempo integral em casa, demandando mais atenção das “cuidadoras” – as mulheres (Campana *et al.*, 2022) – sem contar o excesso de cuidado que deveria existir para que a família não se contaminasse. Souza e Pena (2022) observaram que o sustento e o aumento do trabalho doméstico não remunerado tiveram efeitos diretos na saúde mental e emocional das mulheres. Ou seja, a pandemia pode ter deixado um passivo difícil de dimensionar. Reis *et al.* (2021) destacaram que as mulheres negras estavam mais expostas a adoecer nas esferas profissional e doméstica, devido ter ficado mais difícil conciliar trabalho-família durante a pandemia.

Como o cuidado com a casa e com os filhos e as filhas (com a família de uma maneira geral) recaem para as mulheres (Barroso & Gama, 2020), como já ocorria muito antes da Covid-19, devido as relações de poder existentes entre homens e mulheres (Hirata & Kergoat, 2007; Kergoat *et al.*, 2009; Saffioti, 2015), que impõem, por exemplo, a questão do trabalho reprodutivo para as mulheres, mesmo quando passaram a ter o trabalho produtivo (Moreira *et al.*, 2020), é normal que elas tenham ficado mais sobrecarregadas. Como mencionaram Moreira *et al.* (2020), o “fique em casa” imposto pela Covid-19 teve muitas nuances para as mulheres e acentua as relações de desigualdades de gênero, raça e classe (Nogueira & Passos, 2020). Valeriano e Dias (2021) trazem um depoimento de uma empregada preta que vai muito nesta direção:

Qual o destino da mulher? Tanque e fogão... é o que acontece. E quando ela é preta e pobre não tem outra: vai ser doméstica. Não é o que eu queria, mas fazer o quê? Não estudei. A patroa é estudada. Pra mim só restou isso. [...] Eu sempre ajudei em casa, desde criança, era arrumando casa, cuidando dos meus irmãos, depois trabalhando na casa dos outros e levando dinheiro pra ajudar a mamãe com as despesas. (Valeriano & Dias, 2021, p. 415 – depoimento de uma empregada doméstica negra).

Outro trabalho relacionado ao cuidado que foi altamente sobrecarregado e com grande risco de contaminação, feito, majoritariamente por mulheres pretas, pardas e pobres, é o trabalho da enfermagem (Barros *et al.*, 2021). Na pandemia da Covid-19, o número de profissionais de enfermagem contaminados e vitimados pelo vírus, segundo as autoras, foi assustador. Por isso, os autores entendem que é necessário melhorar a qualidade de vida dessas profissionais. Fernandez *et al.* (2021) trouxeram o relato de uma profissional de saúde negra que deixa evidente o quanto essas profissionais ficaram desprotegidas e vulneráveis.

[...]. Estamos lidando com o invisível, essa doença leva cinco dias para começar a aparecer os sintomas, isso já é um motivo de preocupação. Todas as vezes que atendemos um paciente suspeito ou caso confirmado, não sabemos se fomos ou não contaminados [...]. Estamos trabalhando dobrado, correndo risco de vida e não somos valorizados, sofremos discriminação nos transportes coletivos etc. (p. 7)

Vieira *et al.* (2022), que analisaram as repercussões da pandemia da Covid-19 sobre diferentes perfis de profissionais da saúde no estado de São Paulo, identificaram que a sobrecarga doméstica foi mais presente entre mulheres, bem como que isso fragilizou a saúde mental, trouxe alterações no humor, sono, cognição, ansiedade, desconforto físico etc. No mesmo aspecto, Campos *et al.* (2020) avaliaram a associação entre estressores

ocupacionais e saúde mental, com foco nas desigualdades de gênero e raça/cor entre trabalhadores da saúde, e tiveram como resultado que, ao associar os estressores ocupacionais, as mulheres tiveram índices maiores, principalmente as negras (que estão em vínculos de trabalho mais precários).

Cientistas e professoras negras exaustas

Como mostraram algumas pesquisas, as cientistas e professoras negras, principalmente as que são mães (e solo), foram as que mais sofreram com a sobrecarga e exaustão, ao ponto de prejudicar a produtividade das mesmas (Amaral, 2021; Vicente & Rotenberg, 2023). Amaral (2021) ainda destaca que os pesquisadores do movimento *Parent in Science* – movimento dedicado a apoiar mães e pais na ciência, promovendo igualdade de gênero e inclusão na academia (Parentin Science, 2025) – buscaram identificar qual é o fator da raça na produtividade acadêmica brasileira durante a pandemia e tiveram o mesmo resultado. Vicente e Rotenberg (2023) também chegaram ao mesmo resultado.

Staniscuaski *et al.* (2021), que também analisaram a produção científica no país – que não foi utilizado nesta pesquisa porque só se buscou artigos em português, diante das palavras-chave utilizadas serem nesse idioma – identificaram que mulheres negras e mães são os grupos mais impactados e entendem que a conhecida divisão desigual do trabalho doméstico entre homens e mulheres, que foi exacerbada durante a pandemia, bem como o racismo persistente no meio acadêmico, especialmente contra mulheres negras, pode ajudar a explicar esse resultado.

Como coloca Akotirene e Lopes (2020), a interseccionalidade não se explica apenas na soma de diferentes formas de opressão; ela possibilita examinar como as diferenças se combinam de modo a criar uma experiência de vida específica e inseparável. Isso ajuda a explicar por que mulheres pretas, mesmo as com mais estudos, têm dificuldade de romper com o racismo na academia e com a ideia de que o trabalho reprodutivo cabe a elas, mesmo quando em trabalhos produtivos. Assim, a feminilização do trabalho doméstico vai além dos limites familiares e atinge as atividades profissionais, interligando trabalho e raça, visto que quase a totalidade do trabalho doméstico no Brasil é feito por mulheres, sendo a maioria negra (Castro *et al.*, 2020).

Aumento trabalho feminino negro informal e assédio sexual

Várias pesquisas realizadas durante a Covid-19 já dão conta de que as mulheres foram as que mais sofreram nesta pandemia, o que permite dizer que a pandemia teve gênero e, mais ainda, tem o rosto de mulher (Barroso & Gama, 2020). As autoras ainda ressaltam que o contexto de pandemia, aumenta a demanda por cuidado, o que piora as desigualdades de gênero (que já eram bem altas), visto que recai sobre as mulheres o cuidado (com idosos, crianças, doentes etc.). Esse ponto, para as autoras, é ainda mais agravante para mães solo, que trabalham em trabalhos precários ou em serviços essenciais, já que têm dificuldade em manter o isolamento (e ao

mesmo tempo cuidar dos seus). Como a maioria das trabalhadoras pretas e pardas está em trabalhos precários – como os informais –, bem como são as reconhecidas socialmente como cuidadoras (e são as que mais estão em trabalhos relacionados ao cuidado, como destacado), foram elas que mais sofreram. Por isso, mais do que rosto de mulher, a pandemia teve o rosto da mulher preta.

Silva e Silva (2021) utilizaram os primeiros dados apresentados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios no âmbito da pandemia (PNAD Covid-19), desenvolvida pelo IBGE, para compartilhar algumas reflexões sobre a condição laboral da população negra no Brasil. Nesse contexto, a taxa de desocupação das mulheres negras foi a maior (17,6%) e a ocupação informal cresceu, sendo que a informalidade nas relações de trabalho incide principalmente sobre a população negra, principalmente as mulheres. Vicente e Rotenberg (2023) trouxeram esse destaque, ao mencionarem que as trabalhadoras negras estão majoritariamente entre as informais e com menos rendimentos. Como consequência, Silva e Silva (2021) destacam que essas trabalhadoras ficaram mais expostas à doença e tiveram baixo acesso a mecanismos de seguridade social (seguro-desemprego, abono salarial e aposentadoria).

Silva e Silva (2021) ainda destacam que mesmo nesse cenário, as pessoas pretas e pardas sofreram mais com o afastamento do trabalho e menos se beneficiaram do trabalho remoto – ou seja, ficaram mais expostas à doença –, além de formarem “ampla maioria da capacidade laboral submetida à situação de desemprego oculto por desalento, em grande parte justificada pela impossibilidade de buscar emprego durante a pandemia” (Silva & Silva, 2021, p. 53).

Na pandemia também aumentou o assédio sexual laboral, vitimando muito mais as mulheres pretas e pardas que estão no trabalho informal (Sá Neto, 2023). O risco de uma mulher negra ser vítima de homicídio é 1,7 vezes maior do que o de uma mulher não negra, segundo dados trazidos pelo autor. Inevitavelmente, o racismo torna-se uma variável que agrava a condição da mulher preta, seja no âmbito doméstico ou laboral.

Como observado por Estrela *et al.* (2020), o cenário da Covid-19 traz efeitos adversos na saúde, bem como um declínio econômico dos indivíduos e famílias, visto que o controle da doença requer o distanciamento social e o isolamento, mas as populações de baixa renda, além de ter pouco acesso aos cuidados de saúde, estão em trabalhos informais e não tem como parar de trabalhar, diante do risco de não terem como sobreviver. Tais pontos também são sinalizados por Antunes (2020), ao dizer que a classe trabalhadora está sob fogo cruzado, entre a situação famélica e a contaminação virótica. Diante de todo o exposto, são as mulheres pretas e pardas que mais sofreram com as consequências ruins da Covid-19.

Alves *et al.* (2020, p. 2716) salientam que “as vulnerabilidades que marcam o mercado de trabalho no Brasil são singularmente sentidas quando se considera a inserção da mulher negra no mundo do trabalho”. Alia-se a isso o fato de pesar para a mulher, a questão do cuidado e do trabalho doméstico (reprodutivo). Como afirma Carloto (2002), o trabalho reprodutivo sempre estará associado à mulher, mesmo quando tem o trabalho produtivo.

Por tudo isso, “fica evidente que condições prévias de vulnerabilidade e precarização, em razão de marcadores de raça, gênero e território, bem como desproteção trabalhista e pobreza têm o poder de hiper vulnerabilizar as mulheres frente a uma crise (...)” (Barroso & Gama, 2020, p. 90).

Assim, tomando emprestado o que disseram Ferreira e Rodrigues (2021), mas analisando as relações de gênero sobre a estrutura de poder, pode-se dizer que sempre houve a necessidade de políticas públicas para proporcionar mais equidade entre os gêneros, bem como que as dimensões de raças e classes não podem ser desassociadas das dimensões de gênero, como observado por Crenshaw (2002).

Considerações finais e sugestões para pesquisas futuras

A revisão sistemática da literatura realizada neste estudo, à luz da História do Tempo Presente (HTP) e da interseccionalidade, revela que a pandemia da Covid-19 não foi um evento isolado, mas sim um trauma social que expôs e aprofundou as vulnerabilidades preexistentes das mulheres brasileiras, especialmente as negras e pobres.

Nossa análise identifica três grandes eixos de hipervulnerabilidade: 1. A sobrecarga em trabalhos essenciais e a precarização laboral; 2. O aumento da desigualdade de gênero na academia e na ciência; e 3. A exposição a riscos sociais e a invisibilidade de dados. Ao analisar o fenômeno à luz da HTP, pudemos observar como a pandemia tornou (ainda mais) visível a fragilidade de uma estrutura social que já era profundamente desigual. Fica evidente que as vulnerabilidades prévias, marcadas por raça, gênero, classe e território, têm o poder de hipervulnerabilizar as mulheres em cenários de crise, conforme apontado por Barroso e Gama (2020).

A partir da HTP, sugerem-se três caminhos metodológicos e analíticos para avançar no conhecimento sobre a hipervulnerabilidade de mulheres negras e pobres.

1. Análise Longitudinal e a Persistência das Vulnerabilidades: Estudos futuros podem adotar uma abordagem longitudinal para acompanhar a trajetória profissional e de vida dessas mulheres nos anos subsequentes. A HTP, ao conceber o presente como um “passado em construção”, possibilita examinar como as perdas de emprego, a informalidade, a sobrecarga de trabalho e os traumas de saúde mental vivenciados durante a crise sanitária se perpetuaram ou se transformaram. Dessa forma, será possível investigar se houve um reposicionamento no mercado de trabalho ou se o “passivo” de saúde mental se consolidou como um obstáculo crônico.
2. Aprofundamento Qualitativo e a Potência do Testemunho: A HTP confere centralidade ao testemunho como fonte histórica. Nesse sentido, propõe-se a realização de estudos com histórias de vida e memória oral, coletando depoimentos de mulheres negras e pobres que atuaram na linha de frente da pandemia. Tais narrativas, em suas minúcias, podem revelar nuances da interseccionalidade entre

racismo, sexismo e opressão de classe que dados quantitativos, por si só, não conseguem captar. O foco analítico deve residir não apenas nos eventos factualizados, mas na forma como a experiência foi vivida, sentida e resignificada por essas atrizes sociais.

3. Estudo Comparativo e a Resposta do Estado: A HTP se mostra uma ferramenta valiosa para a análise da eficácia das políticas públicas emergenciais. É fundamental investigar a suficiência e o alcance de medidas como o auxílio financeiro e as políticas de acolhimento social e de saúde mental implementadas durante e após o auge da crise. O exame das lacunas e dos acertos nessas ações permite não apenas avaliar a resposta do Estado a uma crise que aprofundou as desigualdades, mas também construir um corpo de conhecimento substancial para informar a formulação de políticas em futuras crises de dimensão similar.

Referências

- Agência Brasil. (2021, setembro 09). *FGV: Mas pobres sofrem maior impacto na pandemia*. Recuperado em 13 janeiro de 2022, de <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2021-09/fgv-mais-pobres-sofrem-maior-impacto-na-pandemia>
- Agência IBGE Notícias. (2020, setembro 18). *Desemprego na pandemia atinge maior patamar da série na 4ª semana de agosto*. Recuperado em 13 de janeiro de 2022, de <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28909-desemprego-na-pandemia-atinge-maior-patamar-da-serie-na-4-semana-de-agosto>
- Ahlert, B., Moreira, K. L., & Leles, K. L. de O. (2021). *A moradia e a pandemia: habitação no contexto da crise sanitária de Covid-19*. *Revista Direitos, Trabalho e Política Social*, 7(12), 20–40.
- Almeida, J. S. de. (2011). *As relações de poder nas desigualdades de gênero na educação e na sociedade. Série-Estudos-Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB*, 31, 165–181.
- Alves, C. L. B., Alencar, J. K. F., Pinheiro, V. F., & Mota, J. L. do N. (2020). Padrão de inserção da mulher negra no mercado de trabalho nordestino: notas para o período 2005–2014. *Redes: Revista do Desenvolvimento Regional*, 25(2), 2713–2736.
- Amaral, I. M. do. (2021). *Crise Covid-19 e trabalho: um olhar sobre a desigualdade de gênero na ciência*. *Revista Científica Gênero na Amazônia*, (19), 71–84.
- Auerbach, C., & Silverstein, L. B. (2003). *Qualitative data: an introduction to coding and analysis*. NYU Press.
- Antunes, R. (2020). *Coronavírus: O trabalho sob fogo cruzado*. Boitempo Editorial.
- Barbosa, A. L. N. H., Costa, J. S., & Hecksher, M. (2020). *Mercado de trabalho e pandemia da Covid-19: Ampliação de desigualdades já existentes*. *Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise*, (69), 55–63.
- Barros, F. S., Gomes, K. R., & Castorino, A. B. (2021). *A pandemia da Covid-19 aprofunda a precarização das condições de trabalho dos profissionais de*

Enfermagem. Revista de Enfermagem UFPE On Line, 15(1), 1–12.

Barroso, H. C., & Gama, M. S. B. (2020). *A crise tem rosto de mulher: Como as desigualdades de gênero particularizam os efeitos da pandemia do Covid-19 para as mulheres no Brasil*. *Revista do Ceam*, 6(1), 84–94.

Beauvoir, S. de. (1970). *O segundo sexo: Fatos e mitos*. (4ª ed.). Difusão Europeia do Livro.

Bédarida, F. (2002). Histoire et mémoire chez Péguy. *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*, 73(1), 101–110.

Bédarida, F. (2002). Tempo presente e presença da história. In M. de M. Ferreira & J. Amado (Orgs.), *Usos e abusos da história oral* (5ª ed.). Rio de Janeiro: Editora FGV.

Boletim da Universidade de Campinas – Unicamp. (n.d.). *Boletim trimestral revela desigualdades persistentes no mercado de trabalho brasileiro*. Recuperado em 6 de setembro de 2025, de <https://pesquisa.ie.unicamp.br/boletim/boletim-trimestral-revela-desigualdades>

Bragon, R., & Mattoso, C. (2020, 3 de fevereiro). *Feminicídio cresce no Brasil e explode em alguns estados*. Folha de S. Paulo. Recuperado em 10 de janeiro de 2022, de <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/02/feminicidio-cresce-no-brasil-e-explode-em-alguns-estados.shtml>

Campana, A. C. M. B., Frasson, G., Aguirre, J. M. T., do Prado, D. C. D. S., & Gouvêa, J. B. (2022). *Os efeitos da pandemia da Covid-19 para as mulheres negras no contexto do trabalho no Paraná*. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, 14(42), 343–365. <https://doi.org/10.31418/2177-2770.2022.v14.n41.p343-36> Campos, F. M., Araújo, T. M. D., Viola, D. N., Oliveira, P. C. S., & Sousa, C. C. D. (2020). Estresse ocupacional e saúde mental no trabalho em saúde: desigualdades de gênero e raça. *Cadernos de Saúde Coletiva*, 28, 579–589. <https://doi.org/10.1590/1414-462X202028040559>

Cardoso, M. D. G. R. (2021, outubro). Um dilema para a história do tempo presente: restrições impostas. *Anais do Encontro Internacional História & Parcerias*, 3 [Anais online].

Carloto, C. M. (2002). Gênero, reestruturação produtiva e trabalho feminino. *Serviço Social em Revista*, 4(2), 7–12.

Carvalho, P. A. H. V. de, Costa, A. D. S. M. da. (2021a). História oral e pesquisa organizacional: Desafios da construção de conhecimento sobre o passado. *Organizações & Sociedade*, 28, 722–756. <https://doi.org/10.1590/1984-92302021v28n9901PT>

Carvalho, P. A. H. V. de, Costa, A. D. S. M. da. (2021b). Oral history and the history-telling of Embratel's privatization. Trabalho apresentado no *Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (EnANPAD)*, 45.

Castro, T. C. M., Bottega, C. G., Detoni, P. P., & Titttoni, J. (2020). *Em tempos de coronavírus: home-office e o trabalho feminino*. *Novos Rumos Sociológicos*, 8(14), 40–64.

Collins, P. H. (2017). *Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória*. *Parágrafo*, 5(1), 6–17.

Collins, P. H., & Bilge, S. (2021). *Interseccionalidade*. Boitempo Editorial.

Coraiola, D. M., Barros, A., Maclean, M., & Foster, W. M. (2021). *History, memory,*

and the past in management and organization studies. *Revista de Administração de Empresas*, 61, e00000002. <https://doi.org/10.1590/S0034-759020210102>

Cortez, P. A., Souza, M. V. R. D., Salvador, A. P., & Oliveira, L. F. A. (2019). Sexismo, misoginia e LGBTQfobia: Desafios para promover o trabalho inclusivo no Brasil. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 29, e290414. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312019290414>

Costa, A. D. S. M. da, & Silva, M. A. de C. (2019). A pesquisa histórica em administração: Uma proposta para práticas de pesquisa. *Administração: Ensino e Pesquisa*, 20(1), 90–121. <https://doi.org/10.13058/raep.2019.v20n1.1104>

Costa, A. A. A. (2005). O movimento feminista no Brasil: Dinâmicas de uma intervenção política. *Revista Gênero*, 5(2).

Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 10, 171–188. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>

Crenshaw, K. (1989). *Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics*. University of Chicago Legal Forum, 139–167.

Crescentino, D. S., & Vitón, G. (2020). Historia del tiempo presente: la triple frontera entre pasado, presente y futuro. Un análisis desde la historia oral y los marcos normativos. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, 13(33), 273–308.

Cuesta, J. (1993). *Historia del Presente*. Madrid: Eudema.

Cunha, T. S., & Freire, S. M. da C. (2021). Apreensões sobre a política nacional de atenção integral à saúde da mulher no contexto da residência em saúde. *Revista Direitos, Trabalho e Política Social*, 7(12), 158–176.

Davel, E. P. B., & Vasconcelos, J. G. M. (1997). Gerência e autoridade nas empresas brasileiras: Uma reflexão histórica e empírica sobre a dimensão paterna nas relações de trabalho. In F. C. P. Motta & M. P. Caldas (Orgs.), *Cultura organizacional e cultura brasileira*, 94–110. Atlas.

Delacroix, C. (2018). A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras? *Revista Tempo e Argumento*, 10(23), 39–79. <https://doi.org/10.5965/2175180310232018005>

Delgado, L. D. A. N. (2014). *História do Tempo Presente*. Editora FGV.

Delgado, L. D. A. N., & Ferreira, M. de M. (2013). História do tempo presente e ensino de História. *Revista História Hoje*, 2(4), 19–34.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - Dieese. (2024). *Apesar dos avanços, desigualdade racial de rendimentos persiste*. Recuperado em 06 de setembro de 2025, de <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2024/conscienciaNegra.pdf>

Dosse, F. (2012). História do tempo presente e historiografia [1]. *Revista Tempo e Argumento*, 4(1), 5–23.

Estrela, F. M., Soares, C. F. S., Cruz, M. A. D., Silva, A. F. D., Santos, J. R. L., Moreira, T. M. D. O., ... & Silva, M. G. (2020). Pandemia da covid 19: refletindo as vulnerabilidades a luz do gênero, raça e classe. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25,

3431–3436. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.14052020>

Fernandez, M., Lotta, G., Passos, H., Cavalcanti, P., & Corrêa, M. G. (2021). Condições de trabalho e percepções de profissionais de enfermagem que atuam no enfrentamento à Covid-19 no Brasil. *Saúde e Sociedade*, 30, e201011. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021201011>

Ferreira, M. de Moraes. (2018). *Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil*. *Revista Tempo e Argumento*, 10(23), 80–108. <https://doi.org/10.5965/2175180310232018080>

Ferreira, V. R., & Rodrigues, K. do N. (2021). Os impactos psicossociais da utilização do teletrabalho durante a pandemia no trabalho da mulher. *Revista Direitos, Trabalho e Política Social*, 7(12), 113–136.

Fico, C. (2012). História do tempo presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: O caso brasileiro. *Varia História*, 28, 43–59.

Fiuzza, D. R., & Klanovicz, L. F. (2021, junho). Infância e violência em tempos de pandemia Covid-19. In Anais do 4º Seminário Internacional História do Tempo Presente [versão on-line]. Foucault, M. (2001). *História da sexualidade: à vontade de saber*, 1. (14ª ed.) São Paulo, Graal.

Foucault, M. (1988). *Microfísica do poder*. (7ª ed). São Paulo, Graal.

Fraga, A. M., & Rocha-de-Oliveira, S. (2020). Mobilidades no labirinto: tensionando as fronteiras nas carreiras de mulheres. *Cadernos Ebape. BR*, 18(spe), 757–769. <https://doi.org/10.1590/1679-395120190141>

Galeazzi, I. M. S., Garcia, L., Driemeier, M. M., De Toni, M., Kreling, N. H., & Follador, P. (2011). Mulheres trabalhadoras: 10 anos de mudanças no mercado de trabalho atenuam desigualdades. *Mulher e trabalho*, 3, 9–35.

Gameiro, N. (2021). *População em situação de rua aumentou durante a pandemia*. Recuperado em 13 de janeiro de 2022, de <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/populacao-em-situacao-de-rua-aumentou-durante-a-pandemia/>

Guimarães, L. D. V., Oltramari, A. P., Maca, D., Ferraz, J. D. M., Oliveira, J. S. D., & Sarayed-Din, L. F. L. (2023). Mulheres exaustas: Sobre incômodos e o fazer ciência na contemporaneidade. *Revista de Administração Contemporânea*, 27(5), e230201. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2023230201.por>

Gregori, J. de (2017). Feminismos e resistência: Trajetória histórica da luta política para conquista de direitos. *Caderno Espaço Feminino*, 30(2), 47–68.

Hirata, H., & Kergoat, D. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, 37, 595–609.

Hobsbawm, E. (1993). *The new threat to history*. *New York Review of Books*, 16, 62–64.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). (2021). *PNAD Contínua: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*. Recuperado em 12 de janeiro de 2022, de <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?edicao=31051&t=series-historicas>

IBGE EGISM (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - *Estatísticas de Gênero Indicadores Sociais Das Mulheres no Brasil*, (2 ed.). (2021). Recuperado em 13 de janeiro de 2022, de <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/>

genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=o-que-e

IBGE EGISM (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - *Estatísticas de gênero indicadores sociais das mulheres no Brasil*). (2022a). Recuperado em 03 de novembro de 2024, de https://ftp.ibge.gov.br/Estatisticas_de_Genero/Indicadores_sociais_das_mulheres_no_Brasil_3a_edicao/xls/Tabela_Resumo_Indicadores.xls

IBGE EGISM (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - *Estatísticas de Gênero Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil*, (3ª ed.)). (2022b). Recuperado em 09 de novembro de 2024, de: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102066_informativo.pdf

Ichikawa, E. Y., & Santos, L. W. dos. (2003). Vozes da história: Contribuições da história oral à pesquisa organizacional. In *Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (EnANPAD)*, 27, São Paulo.

International Labour Organization. (2024). *Global Wage Report 2024-25. International Labour Organization*. Recuperado em 25 de julho de 2025, de: <https://www.ilo.org/publications/flagship-reports/global-wage-report-2024-25-wage-inequality-decreasing-globally>

International Labour Organization. (2022). Preparing future generations of women for new job demands: skilling, re-skilling, digitalization and automation. *International Labour Organization*. Recuperado em 25 de julho de 2025, de <https://www.unwomen.org/sites/default/files/2022-12/The%20International%20Labour%20Organization%20%28ILO%29.pdf>

International Labour Organization. (2025). *World Employment and Social Outlook: Trends 2025*. Recuperado em 25 de julho de 2025, de <https://www.ilo.org/publications/flagship-reports/world-employment-and-social-outlook-trends-2025>

Kérgeat, D. (2009). Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In Hirata, H., Laborie, F., Le Doaré, H., & Senotier, D. (Orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*, 67-75. São Paulo: Editora UNESP.

Kergoat, P., Picot, G., & Lada, E. (2009). Ofício, profissão, “bico”. In H. Hirata et al. (Orgs.), *Dicionário crítico do feminismo*, 159–166. Unesp.

Kipping, M., & Üsdiken, B. (2014). History in organization and management theory: More than meets the eye. *Academy of Management Annals*, 8(1), 535–588. <https://doi.org/10.1080/19416520.2014.911541>

Klein, C., Dal'Igna, M. C., & Schwengber, M. S. (2021). Mulheres mães trabalhadoras na pandemia de Covid-19: produção de sentidos em jornais e revistas online. *Textura-Revista de Educação e Letras*, 23(55) 1–22. <https://doi.org/10.17648/textura-2238-037X-v23n55-10274>

Kölling, G. J., da Silva, C. A. F., & Andrade, G. S. (2022). Desigualdade estrutural e divisão sexual do trabalho: Período transpandêmico e o incremento da insegurança alimentar. *Direito Público*, 19(104), 1–22. <https://doi.org/10.11117/rdp.v19i104.5969>

Kropf, S. P., Cerqueira, E., Lopes, T. D. C., & Marcondes, S. (2024). *Modulando o tempo pandêmico: A ciência e a urgência da Covid-19*. *Tempo*, 30(1), e300107. <https://doi.org/10.1590/tem-1980-542x2024v300107>

Kyrillos, G. M. (2020). Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade. *Revista Estudos Feministas*, 28(1), e56509. <https://doi.org/10.1590/1518-07022020000100005>

org/10.1590/1806-9584-2020v28n156509

Lohn, R. L. (2019). Reflexões sobre a história do tempo presente: uma história do vivido. *Coleção História do Tempo Presente*, 1, 11–26.

Luna, C. P., & Barros, D. F. (2023). *An ANTi-History about transgender inclusion in the Brazilian labor market*. Emerald Publishing Limited.

McDonald, I. (2004). Women in management: an historical perspective. *Employee Relations*, 26(3), 307–319. <https://doi.org/10.1108/01425450410530727>

Marin, R. E. A. (2020). Pandemia da Covid-19 na História do Tempo Presente. *Afros & Amazônicos*, 2(2), 95–101.

Meihy, J. C. S. B. (2005). *Manual de história oral*. (5ª ed.). Edições Loyola.

Moen, P., Flood, S. M., & Wang, J. (2022). The uneven later work course: Intersectional gender, age, race, and class disparities. *The Journals of Gerontology: Series B*, 77(1), 170–180. <https://doi.org/10.1093/geronb/gbab040>

Moreira, L. E., Alves, J. S., Oliveira, R. G. D., & Natividade, C. (2020). Mulheres em tempos de pandemia: um ensaio teórico-político sobre a casa e a guerra. *Psicologia & Sociedade*, 32, e020015. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32240348>

Moura, R. G. de (2018). “Somos mais sofridas do que marginais”: a mulher negra do mercado de trabalho. *Revista Valore*, 3(2), 539–556.

Nogueira, C. M., & Passos, R. G. (2020). A divisão homossexual e racial do trabalho no cenário de epidemia do Covid-19: considerações a partir de Heleieth Saffioti. *Caderno CRH*, 33, e020029. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v33i0.37005>

Oliveira, T. Z. G. D., Pereira, R. D., Carrieri, A. D. P., & Correia, G. F. A. (2021). Memórias em movimento: Histórias da Casa Tina Martins no combate à violência de gênero. *Revista de Administração de Empresas*, 61(4), e2020-0072. <https://doi.org/10.1590/S0034-759020210406>

OPAS (Organização Pan-Americana da Saúde). (2020). *Folha informativa sobre Covid-19 (doença causada pelo novo coronavírus)*. Recuperado de 15 de novembro de 2020, de <https://www.paho.org/pt/covid19>

Padrós, E. S. (2009). História do tempo presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos. *Revista Tempo e Argumento*, 1(1), 30–45.

Parentin Science. (2025). *Sobre nós*. Recuperado em 03 de setembro de 2025, de <https://www.parentinscience.com/>

Paul, J., & Criado, A. R. (2020). The art of writing literature review: What do we know and what do we need to know? *International Business Review*, 29(4), 101717.

Pinheiro, J. L. A. (2014). *Silêncios da diversidade na formação dos administradores* (Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense). Universidade Federal Fluminense.

Pires, F. F., Carneiro, R. G., & Saraiva, M. R. D. O. (2022). Covid-19, escolas e infâncias no Brasil: Controvérsias científicas, políticas e emocionais em cena. *Revista Brasileira de Educação*, 27, e270119. <https://doi.org/10.1590/s1413-24782022270019>

Quelha-de-Sá, R. G. (2022). *Historical narratives and duty of memory: An Anti-History of the processes of transformation of Deops/SP and Dops/RJ into sites of memory of resistance* (Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Administração). Pontifícia Universidade Católica

do Rio de Janeiro.

Reis, A. P. D., Góes, E. F., Pilecco, F. B., Almeida, M. D. C. C. D., Diele-Viegas, L. M., Menezes, G. M. D. S., & Aquino, E. M. (2021). Desigualdades de gênero e raça na pandemia de Covid-19: Implicações para o controle no Brasil. *Saúde em Debate*, 44, 324–340. <https://doi.org/10.1590/0103-1104202144014>

Rodrigues, R. R.; Borges, V. T. (2021). *História pública e História do Tempo Presente*. Editora Letra e Voz.

Roussio, H. (2016). *Última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Editora FGV.

Sá Neto, C. E. de. (2023). *O assédio sexual laboral durante a pandemia de Covid-19: Reflexões acerca das desigualdades de gênero no trabalho a partir do paradigma da justiça relacional*. *Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos*, 44(94), 1–38. <https://doi.org/10.1590/0100-839X2023v44n94p1-38>

Saffioti, H. I. (2001). Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, 115–136.

Saffioti, H. I. (2015). *Gênero, patriarcado, violência* (2ª ed.). Expressão Popular; Perseu Abramo.

Santos, D. A. dos, & Silva, L. B. da. (2021). *Relações entre trabalho e gênero na pandemia do Covid-19: O invisível salta aos olhos*. *Oikos: Família e Sociedade em Debate*, 32(1), 10–34. <https://doi.org/10.1590/0104-8333202132010>

Santos, J. A. S. dos. (2021). Mulheres negras e trabalho doméstico: racismo e desigualdades na pandemia do Covid-19. *O Público e o Privado*, 19(40 set/dez).

Santos, S. G. A. (2014). *Mapeando os corpos femininos na História do Tempo Presente: Diálogos e representações* (Tese de doutorado, Universidade Católica do Salvador, Programa de Família na Sociedade Contemporânea). Universidade Católica do Salvador.

Scott, J. (1995). Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2).

Silva, N. C. (2015). *Conte-nos sua história! Triple Jeopardy nas narrativas de mulheres negras na cidade de Uberlândia* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Administração). Universidade Federal de Uberlândia.

Silva, T. D., & Silva, S. P. (2021). *Trabalho, população negra e pandemia: notas sobre os primeiros resultados da PNAD Covid-19*. *Boletim de Análise Político-Institucional: Pandemia e Políticas Públicas: a questão étnico-racial no centro do debate*, 1. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Silveira, L. M. B. D., & Najar, A. L. (2021). Distância espacial, distância social: Relações entre distintas categorias sociais na sociedade brasileira em tempos de Covid-19. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26(10), 4655–4664. <https://doi.org/10.1590/1413-812320212610.29412020>

Staniscuaski, F., Kmetzsch, L., Soletti, R. C., Reichert, F., Zandonà, E., Ludwig, Z. M., ... & De Oliveira, L. (2021). Gender, race and parenthood impact academic

productivity during the Covid-19 pandemic: From survey to action. *Frontiers in Psychology*, 12, 663252. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2021.663252>

Stock, T. O., Gonsales, M. L., Guimarães, S. D. S., & Costa, Â. B. (2024). Violência contra as mulheres na pandemia de Covid-19: uma revisão sistemática. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 34, e34037. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312024340137>

Teixeira, A., & Rodrigues, P. D. S. (2022). “Limpar o mundo” em tempos de Covid-19: Trabalhadoras domésticas entre a reprodução e a expropriação social. *Sociologias*, 24(60), 170–196. <https://doi.org/10.1590/15174522-02400601>

Teixeira, J. C. (2021). *Trabalho doméstico*. Editora Jandaíra.

UN Women. (2024a). *Facts and figures: Economic empowerment*. UN Women. Recuperado em 25 de julho de 2025, de <https://www.unwomen.org/en/articles/facts-and-figures/facts-and-figures-economic-empowerment>

UN Women. (2024b). *UN Women's Women's Economic Empowerment Strategy*. UN Women. Recuperado em 25 julho, 2025, de: <https://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2024/03/womens-economic-empowerment-strategy>.

Valeriano, M. M., & Tosta, T. L. D. (2021). Trabalho e família de trabalhadoras domésticas em tempos de pandemia: Uma análise interseccional. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, 21(3), 412–422.

Verniers, C., & Vala, J. (2018). Justifying gender discrimination in the workplace: The mediating role of motherhood myths. *PloS one*, 13(1), e0190657. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0190657>

Vicente, T. A., & Rotenberg, L. (2023). Home-office e desigualdades de gênero entre docentes universitários na pandemia de Covid-19. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 38(111), e3811012.

Vieira, J., Anido, I., & Calife, K. (2022). Mulheres profissionais da saúde e as repercussões da pandemia da Covid-19: é mais difícil para elas? *Saúde em Debate*, 46, 47–62.

Voldman, D. (1996). *A invenção do depoimento oral. Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Wanderley, S., & Barros, A. (2019). Decoloniality, geopolitics of knowledge and historic turn: Towards a Latin American agenda. *Management & Organizational History*, 14(1), 79-97. <https://doi.org/10.1080/17449359.2018.1431551>